



Kassio descarta restringir canais

Má repercussão leva presidente do TSE a afastar hipótese de Corte debater suspensão de páginas antes e depois da votação

» ALÍCIA BERNARDES

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques, afastou, ontem, possibilidade de a Corte discutir uma proposta de resolução que prevê a suspensão temporária de canais de conteúdo político-eleitoral no WhatsApp com mais de 200 mil seguidores no período próximo à votação. Diante da má repercussão da ideia, o ministro foi categórico em se colocar contra a nova regra e afirmar que não pretende tratar do assunto.

“Não existe alteração de resolução por um só ministro. Mas não marquei nenhuma reunião para discutir o assunto. E não vou marcar, pois não sou favorável a alterações de última hora”, afirmou, acrescentando que o documento seria apenas um “esboço”.

O caso foi adiantado pelo jornalista Leandro Demori e confirmado pelo **Correio**. A minuta pretendia estabelecer restrições entre as 48 horas anteriores e as 24 horas posteriores ao pleito de domingo, quando ocorre a votação para presidente e para governador em seis unidades da Federação.

A discussão ganhou repercussão diante do alcance de canais de mobilização política nas plataformas digitais e por conta da reação negativa à eventual adoção de restrições. Por conta disso, segundo fontes do TSE, pode ser discutida em algum momento depois do pleito de domingo. E, se aprovada, tenderia a entrar em vigor para as eleições municipais de 2028.

A medida teria o potencial de atingir canais de grande alcance ligados às campanhas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Entre eles estão o Exército do Lula, que ultrapassou 7 milhões de inscritos, e a Tropa do Flávio, com cerca de 2 milhões de usuários. A proposta pretendia estabelecer critérios para canais com

Luiz Roberto/TSE



Fontes do tribunal afirmam que Kassio somente tratará do assunto passado o segundo turno. Restrição pode ser adotada para o pleito de 2028

grande capacidade de disseminação de propaganda eleitoral, independentemente de serem abertos ao público ou acessíveis por convite.

Entendimento

Em nota divulgada ontem, o gabinete do ministro André Mendonça, vice-presidente do TSE, afirmou que a minuta não partiu de uma iniciativa individual, mas de um entendimento construído entre os integrantes da Corte. De acordo com o comunicado, “houve

consenso entre todos os ministros sobre a necessidade de tratar do assunto”. Ainda de acordo com a equipe de Mendonça, “o objetivo discutido é proteger a integridade do pleito nas horas que antecedem e sucedem a votação, quando não há tempo hábil para resposta ou correção de conteúdos ilícitos”.

Segundo o gabinete de Mendonça, o tema foi discutido em duas reuniões: em 16 de outubro e na terça-feira, quando os ministros concordaram com a necessidade de avaliar medidas para conter a

circulação de conteúdos ilícitos na reta final da eleição. Coube ao vice do TSE elaborar o texto. “Por tradição, cabe ao vice-presidente do Tribunal redigir os atos normativos que o colegiado vai apreciar”, justificou. O gabinete também ressaltou que “os critérios em análise são objetivos e impessoais e valem igualmente para todos os canais de natureza político-eleitoral de grande alcance”.

A justificativa apresentada na minuta é o risco de disseminação de conteúdos ilegais em um período no qual a Justiça Eleitoral

teria menos tempo para reagir. “O período compreendido entre as 48 horas antes e as 24 horas depois da eleição concentra o maior risco de dano irreversível à formação livre da vontade do eleitorado, por não haver tempo hábil para resposta, esclarecimento ou tutela jurisdicional efetiva”, afirma o documento. A proposta considera que grandes audiências podem ampliar a distribuição de propaganda eleitoral de maneira semelhante a conteúdos impulsionados mediante pagamento. (Com Agência Estado).



Não existe alteração de resolução por um só ministro. Mas não marquei nenhuma reunião para discutir o assunto. E não vou marcar, pois não sou favorável a alterações de última hora”

Ministro Kassio Nunes Marques, presidente do TSE



O objetivo discutido é proteger a integridade do pleito nas horas que antecedem e sucedem a votação, quando não há tempo hábil para resposta ou correção de conteúdos ilícitos”

Nota do gabinete do ministro André Mendonça sobre o tema

Peritos da ONU alertam sobre atuação da Meta

» DANANDRA ROCHA
» VÍCTOR CORREIA

Um grupo de nove peritos independentes da Organização das Nações Unidas (ONU) emitiu nota, ontem, alertando para restrições à liberdade de expressão e advertindo para o suposto favorecimento pela Meta — dona do Instagram, do WhatsApp e do Facebook — a um dos lados da disputa presidencial brasileira. Em paralelo, o Ministério Público Federal (MPF) acionou a Justiça para que a big tech retome perfis que foram bloqueados indevidamente por conteúdo político.

No documento das Nações Unidas, os peritos argumentam que as redes sociais são fundamentais no debate democrático. E criticam a aplicação, por parte da Meta, de restrições sem motivo aparente em publicações de cunho político — tal como a empresa admitiu que fez contra a campanha de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Algoritmos, sistemas de IA (inteligência artificial) e decisões

de moderação de conteúdo não devem se tornar árbitros invisíveis da discussão política. Quando a expressão política parecer estar sendo restringida de maneira desproporcional, as plataformas devem explicar o motivo, corrigir impactos desiguais e garantir recursos efetivos”, cobraram os peritos.

Os especialistas também pediram que a Meta preste esclarecimentos e forneça mecanismos de reparação adequados, além de aplicar regras de forma consistente e sem discriminação, mantendo diálogo transparente e garantindo que reclamações possam ser tratadas durante o período eleitoral. Sem citar a campanha do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), o grupo aponta que um dos lados da campanha foi favorecido de forma desproporcional pelas plataformas da big tech.

Investigação

Ao mesmo tempo, o Ministério Público Federal (MPF) anunciou, ontem, ter entrado com uma ação, com pedido de urgência, para que a Meta retome mais de

Luiz Roberto/TSE



Bellizze (ao centro) e representantes da Meta: cobranças para que big tech esclareça métodos que adota

mil perfis bloqueados indevidamente por conteúdo eleitoral. A medida tramita na Justiça Federal de Porto Alegre. Segundo a ação, os bloqueios, suspensões e restrições de conteúdo prejudicaram o debate democrático.

Além da retomada do conteúdo, a ação pede que todos os recursos

contra bloqueios de conta sejam avaliados por uma equipe humana, e não por algoritmos. Em caso de descumprimento das medidas, o MPF pede ainda multa diária de R\$ 500 mil por conta.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) também investiga irregularidades. O ministro Marco Aurélio

Bellizze, relator do caso, estabeleceu 24 horas para que o MPE avalie as informações enviadas pela companhia para provar que segue a legislação que impede o favorecimento de campanhas eleitorais.

Ao esclarecer as queixas, a empresa atribuiu eventuais irregularidades a problemas técnicos

» Fachin: regime pode ser corroído

O ministro Edson Fachin, presidente do Supremo Tribunal Federal, alertou para os riscos de enfraquecimento das democracias e defendeu que as instituições atuem para proteger direitos fundamentais sem ultrapassar os limites de suas atribuições. Segundo ele, os regimes democráticos podem ser corroídos gradualmente, inclusive por meios aparentemente legais, em um processo de captura das instituições e perda de confiança pública. A declaração foi ontem, durante a abertura do evento Diálogos com o Supremo: Tribunais Constitucionais e o Estado de Direito.

nas plataformas. Mas o próprio Conselho de Supervisão da big tech apontou, na terça-feira, “falhas recorrentes” na moderação do conteúdo eleitoral, embora ressalte que os casos não representam necessariamente uma tentativa de interferência no pleito. (Com Luiza Altoé).

Manifesto cobra o respeito à democracia

» LUIZA ALTOÉ

Um manifesto em defesa da Constituição, da democracia e dos direitos humanos será lido hoje na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). O documento reúne mais de 600 assinaturas, entre elas as de ex-ministros da Justiça, advogados, ativistas e professores.

A lista de signatários inclui a presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Rocha,

além de ex-presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), como Celso de Mello, Cezar Peluso e Rosa Weber. Também assinam o documento os ex-ministros da Justiça José Carlos Dias e Miguel Reale Júnior.

O documento começa afirmando que os operadores do direito, ao ingressarem na profissão, prometem defender a Constituição, a democracia e os direitos humanos e, portanto, têm o dever de se manifestar em momentos em que “a ordem constitucional for ameaçada, sobretudo

por quem pretende ocupar a mais alta função da República”.

O texto também busca enfatizar seu caráter apartidário e destaca que é subscrito por pessoas com trajetórias e convicções políticas diversas. “Seguiremos divergindo como é próprio de uma democracia. O que nos une é a defesa do Estado Democrático de Direito, em que os Três Poderes permanecem independentes e jamais ficam sob o comando de um só indivíduo”, enfatiza o documento.

Crise institucional

O manifesto reconhece que o país vive um momento histórico marcado por uma crise das instituições jurídicas. Diante desse cenário, defende o voto como instrumento da democracia para “corrigir rumos, proteger as instituições e reafirmar o compromisso com a justiça”.

“É preciso, portanto, nesse momento histórico para o país, apoiar candidato que respeita as

instituições democráticas brasileiras e o texto constitucional. É preciso apoiar candidato que não tenha a possibilidade ou intenção de concentrar em si os três poderes da República, e assim inviabilizar a garantia institucional de equilíbrio entre os poderes e o sistema de freios e contrapesos”, conclui o documento.

A iniciativa é promovida pelo Centro Acadêmico XI de Agosto — que representa os alunos de Direito da USP — e pela Comissão Arns,

entidade ligada à defesa dos direitos humanos. O evento, que ocorre às vésperas do segundo turno, reunirá juristas, estudantes e representantes da sociedade civil para a leitura do manifesto.

O documento não menciona diretamente nenhum dos candidatos à Presidência. No entanto, o candidato Flávio Bolsonaro (PL) ressaltou a expressiva eleição de parlamentares de direita e disse que, se eleito, usará essa maioria no Congresso para mudar a Constituição.